



Arte sobre foto de Marcos Santos

Histórias do *apartheid*, memória e pertencimento entre a população da diáspora sul-africana na Austrália

Christopher C. Sonn
Garth Stevens

Tradução de Saulo Adriano

resumo

Já se passaram mais de 20 anos desde que o regime do *apartheid* foi extinto; porém, para quem viveu na África do Sul dos tempos do *apartheid* a racialização ainda é um elemento central de sua subjetividade, tanto dentro quanto fora do país. Para a diáspora sul-africana na Austrália há processos psicossociais, arranjos socioestruturais e sistemas de significados específicos ao seu contexto que precisam ser negociados, inclusive a relação com o país natal. Neste artigo apresentaremos aspectos do Projeto Arquivo do Apartheid (Apartheid Archive Project, ou AAP), cujo objetivo é expandir a história oficial pela inclusão de histórias e narrativas de pessoas comuns sobre a vida durante o *apartheid*.

Palavras-chave: Apartheid Archive Project; *apartheid*; racismo; narrativa; histórias; memória; diásporas.

abstract

It has been more than 20 years since the removal of the apartheid system, yet, for those who lived in apartheid South Africa, racialization remains a central feature of their subjectivity both inside and outside of the country. For the South African diaspora in Australia there are contextually specific psychosocial processes, socio-structural arrangements, and meaning systems that need to be negotiated, including the relationship with their home country. In this article, we outline aspects of the Apartheid Archive Project, which seeks to expand the official history through the inclusion of everyday people's personal stories and narratives of life during apartheid.

Keywords: *Apartheid Archive Project; apartheid; racism; narrative; histories; memory; diasporas.*

O

movimento geográfico humano não é um fenômeno novo, mas a história da modernidade ocidental é particularmente marcada pelo tráfico negreiro entre o Atlântico e o Pacífico, a colonização de muitas nações do Sul global e o deslocamento forçado de muitos de seus povos. Além disso, alguns estudiosos

observaram que, em razão da magnitude contemporânea do transnacionalismo e do deslocamento humano global, a migração pode se tornar a característica definidora do século XXI e ocasionar diásporas tanto voluntárias quanto involuntárias (Betts & Collier, 2017). Neste artigo utilizaremos nossa pesquisa sobre as pessoas que migraram da África do Sul para a Austrália para explorar algumas das complexidades da imigração e do processo de estabelecimento. Enfocaremos especificamente a centralidade da mudança de um contexto em que a raça desempenha um papel determinante na formação da nação, no cotidiano das pessoas

e suas subjetividades, para outra sociedade de colonizadores em que a raça é também marcante. Apresentamos temas de nossa pesquisa e discutimos sua significância usando os instrumentos conceituais e teóricos que foram desenvolvidos no Apartheid Archive Project (AAP) (www.apartheidarchive.org).

O APARTHEID ARCHIVE PROJECT, PSICOPOLÍTICA E MIGRAÇÃO

O AAP foi criado para estudar a história e a persistência continuada da raça e do racismo na África do Sul por meio do uso de ferramentas e recursos psicopolíticos dos estudos da memória, estudos psicossociais, pesquisa crítica sobre raça e outras áreas (Stevens, Duncan & Hook, 2013a). Neste artigo usamos ferramentas

CHRISTOPHER C. SONN é professor associado em Psicologia Comunitária da Universidade de Victória, na Austrália.

GARTH STEVENS é psicólogo clínico e professor da Universidade de Witwatersrand, na África do Sul.

conceituais do AAP para revisitar a pesquisa feita com migrantes sul-africanos a fim de expandir essa abordagem psicossocial para os estudos da diáspora. Stevens, Duncan e Hook (2013b, pp. 4-5) argumentam que a orientação específica concebida no AAP vai além de teorias tradicionais do psicossocial por contemplar:

“[...] o tipo de trabalho conceitual e crítico que uma pesquisa possibilita, e como diversas abordagens e teorias podem ser combinadas para nos ajudar a entender a interface entre constituintes estruturais e físicos na produção de raça, racismo e formas vinculadas de opressão e poder racializados”.

Para o AAP, é essencial o construto descolonial de justiça epistêmica, segundo o qual as versões oficiais da história no arquivo são sempre parciais e incompletas, e a história é um produto de processos sociopolíticos que privilegiaram algumas maneiras de conhecer e ser no mundo. Baseado nisso, argumentou-se que é importante abrir, expandir e democratizar o arquivo, fazendo uso das memórias, histórias e narrativas de grupos sociais comumente excluídos da história; reestudando as histórias oficiais e expandindo o acesso a elas por meio da inclusão de experiências de cidadãos comuns; e desenvolvendo formas de práxis crítica que permitam a recuperação da história, forjando novas posições de sujeito e criando novos espaços intercomunitários para diálogo e ação (Stevens, Duncan & Sonn, 2013).

Uma das maneiras principais pelas quais o arquivo foi expandido foi por meio da coleta de histórias e narrativas de sul-africanos comuns a respeito de suas experiências de racismo – sejam as primeiras ou as mais

significativas – sob o *apartheid*. Memórias pessoais são essenciais para dar voz às experiências de grupos anteriormente excluídos, e histórias e narrativas são um meio de se ativar e expressar a memória. Mas a memória é também reprocessada em toda repetição de nossas histórias, de modo que em geral nos auxilia a negociar o contexto do presente (Stevens et al., 2013b). Abordagens biográficas tais como relatos e narração de histórias são intervenções epistemológicas essenciais em muitas áreas de trabalho, tais como a teoria racial crítica, a pesquisa feminista e também a psicologia da libertação (Fine, 2012; Montero, 2007). Mas as

“narrativas nunca são reflexos puros dos fatos, comportamentos e eventos [e] são sempre locais em que os investimentos pessoais dos falantes, ouvintes e interlocutores invisíveis que possam captar tais histórias e a influência do contexto social em nossas interpretações do mundo se unem para dar origem a uma versão construída do evento” (Stevens et al., 2013, p. 33).

Contudo, eles argumentam que as histórias dos excluídos são importantes, que elas oferecerão novos pontos de acesso para dialogarmos com a história e que contar histórias do passado será um meio importante para recuperar a memória histórica e liberar essas memórias de modo que possam ser psicologicamente benéficas, transformadoras e geradoras de novas percepções sobre os efeitos do passado no presente, e nos auxiliar a reimaginar nossos locais de sujeitos no presente e no futuro.

A África do Sul é bem conhecida pelo atroz sistema do *apartheid*, mas o enfoque nesse período da história do país não raro

encobre uma tradição muito mais longa de escravidão e colonialismo, alicerçada em uma ideologia de racismo que persiste ainda hoje. Já se passaram mais de 20 anos desde que o sistema do *apartheid* foi extinto; contudo, permanecem os padrões racializados de desigualdade social na África do Sul no período pós-*apartheid*.

“A racialização, em particular, é o processo em que a ‘raça’ se torna importante na condição de um marcador da diferença social e parte integrante nas relações de poder entre categorias ou grupos raciais construídos socialmente” (Stevens, 2014a, p. 1.637).

Na África do Sul, raça e classe continuam a moldar as relações entre os grupos, as identidades e as subjetividades, mas, por meio de processos em curso de construção da nação, estão sendo criados novos símbolos e sistemas de significados que expressam a inclusão, a diversidade e a igualdade. Este processo não tem sido fácil, como fica claro na persistência dos problemas psicossociais racializados. Stevens et al. (2013b) argumentam que é necessário compreendermos nossa história mais profundamente, especialmente a raça e a racialização e seus efeitos nas vidas dos sul-africanos comuns durante o *apartheid*, assim como suas influências perduráveis após sua extinção legal, tanto para os que vivem na África do Sul quanto para os que emigraram. Com respeito a este artigo, estamos particularmente interessados em utilizar algumas das ferramentas conceituais do AAP, mencionadas acima, para compreender as maneiras pelas quais os emigrantes articularam um passado racializado na África do Sul para contornar as complexidades do presente na Austrália.

A Austrália está entre os países de destino para os imigrantes sul-africanos. Apesar de a migração ter sido fundamental para o desenvolvimento do país, sua história é também caracterizada pelo colonialismo e por várias políticas e práticas que destituíram povos nativos de sua terra e cultura. Por décadas, desde a povoação europeia no final do século XVIII, já houve várias ondas de imigrantes de países de todo o globo que vieram se estabelecer na Austrália. Muitos grupos tiveram de fugir de seus países de origem à procura de segurança – fuga por causa de guerras, perseguição política e desastres naturais –, ao passo que outros optaram por se mudar em busca de emprego ou outras oportunidades. Porém, a Austrália não acolheu a todos. O país tem uma história de políticas de imigração baseadas na raça conhecidas como Política da Austrália Branca, que favoreceu os imigrantes anglos até os anos 1970 (Hage, 1998; Stratton, 2011). Seguramente, a emigração sul-africana é sobretudo voluntária. Porém, para muitos negros, a opressão racializada da África do Sul forneceu um impulso a mais para a migração, originando uma complexa comunidade de diáspora. Esta opressão tem também implicações para a formação da comunidade em um país novo com sua própria história estratificada de colonialismo e racismo.

Para quem se muda para um novo país há desafios e oportunidades associados ao processo de migração e estabelecimento. Os migrantes têm de negociar a saída de casa, da família e da comunidade ao mesmo tempo em que transitam por novos arranjos socio-estruturais e fazem parte de uma formação racial diferente (Omi & Winant, 1986) e de sistemas de significados do novo contexto ao

construir novas identidades e comunidades. Um dos participantes de um estudo recente (Sonn et al., 2017) observou:

“Acho que você tem de ter muita *krag* [força] interior... Você tem de ir a fundo para ficar porque é difícil em todos os campos, o campo social, o campo financeiro, e você sequer tem uma afiliação política porque tudo gira em torno de dólares, e sobreviver quando você chega, e pagar contas” (homem, faixa dos 50 anos, *coloured*, nome dado aos mestiços).

A migração levanta questões sobre o deslocamento físico, cultural e social e os processos de construção de identidade e da comunidade para os diversos grupos de sul-africanos brancos e negros. Essas questões referem-se a como os recursos sociais e culturais, inclusive as memórias de raça e racismo, e as práticas sociais do país natal são negociados no país novo, onde há discursos e narrativas diferentes sobre raça e etnia. Elas têm implicações importantes para a identidade social, as relações entre os grupos e o pertencimento.

Neste artigo nos baseamos na pesquisa com imigrantes sul-africanos na Austrália feita desde os anos 1990, a fim de ressaltar os modos complexos pelos quais as pessoas lidam com as identidades impostas pelo *apartheid* e com o racismo. Também fazemos uso de pesquisa recente feita com emigrantes que deixaram a África do Sul após o fim do *apartheid* para salientar a perda profunda geralmente associada ao deslocamento, ao senso de comunidade e às maneiras específicas pelas quais o racismo e a branquitude continuam a moldar as experiências de sul-africanos negros e brancos na Austrália. Portanto, estamos interessados em pensar sobre

a liberação, a expansão e a democratização do arquivo do *apartheid* fora do contexto sul-africano, oferecendo uma oportunidade para a inclusão das vozes de imigrantes sul-africanos comuns, para compreender o modo pelo qual eles processaram suas histórias após terem se distanciado espacial, geográfica e temporalmente de seu país de origem; e investigar como o uso dessas histórias revela desafios e também possibilidades geradoras de criação de um sentimento de pertencimento no contexto da Austrália.

DESLOCAMENTO, DIÁSPORA E PERTENCIMENTO

Há muitas abordagens para se compreender o processo de migração e estabelecimento. O trabalho de Berry (2005, 2006, 2011) na área de aculturação, que estuda as mudanças que ocorrem entre grupos como consequência do contato direto e contínuo, foi uma abordagem fundamental nesta área. Berry e outros autores (Bourhis et al., 2010) observaram que os grupos reagem de várias maneiras, e estas reações são influenciadas por uma série de fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e históricos, tanto no país anfitrião quanto no país de origem. No modelo de Berry, assim como em outros modelos propostos por Bulhan (1980, 1985), as estratégias e respostas podem variar de assimilação, separação, marginalização a rejeição, e todas refletem certo nível de identidade com o país natal e com o novo país de acolhimento.

Apesar de a “abordagem da aculturação” continuar influente, diversos pesquisadores levantaram questões sobre algumas premissas epistemológicas básicas e a meto-

dologia (Chirkov, 2009; Rudmin, 2010). Valendo-se de estudos pós-coloniais e da psicologia narrativa, Bhatia e Ram (2001) argumentaram que as conceituações estáticas de cultura e identidade que embasam o modelo são limitadas por estriparem-se em conceitos ocidentais euro-americanos como padrão de comparação. Assim como outros (Anthias, 2002; Hall, 2000; Hermans & Kempen, 1998; Tappan, 2005), Bhatia e Ram (2009) reivindicaram teorias que atentam para redes e sistemas globais de movimentos de pessoas, a significância continuada de histórias de colonialismo e patriarcado e concepções mais fluidas e dinâmicas de cultura em nosso entendimento das experiências de deslocamento, aculturação e formação de comunidades de grupos de migrantes e de diáspora. Quijano (2000) também preconizou que devemos historicizar as análises de pertencimento por meio de uma análise da colonialidade do poder, e de como este poder continua a moldar as relações no presente. Ele argumenta que o modo como definimos “quem pertence e quem não pertence à ‘nação’ é estabelecido pelas relações históricas de poder entre europeus e não europeus” (Quijano, 2000, p. 97). De modo semelhante, no contexto do transnacionalismo, Ahmed (2000) observa que os imigrantes têm de fazer parte de várias camadas de “estranhamento” nas quais são percebidos como o *outro* diferente. Porém, mais do que simplesmente ser visto como alguém que não é reconhecível, em geral o *outro* estranho é fortemente identificado por meio de processos socialmente construídos que se baseiam em mecanismos binários de inclusão e exclusão. Esses binários são geralmente codificados por meio do corpo, interna e externamente: na cor da pele, traços fisionômicos, código

de vestimenta, língua, sotaque, etc. e desempenham a função importante de manter as posições de sujeito do eu e do outro, que são centradas no reflexo e na reprodução de desigualdades que impossibilitam encontros relacionais éticos.

Diversos autores combinaram várias lentes teóricas nos estudos das comunidades de diáspora. Espiritu (2003), por exemplo, investigou as práticas de vida doméstica entre os imigrantes filipinos e mostrou que o processo é em grande parte moldado por redes e vínculos que os imigrantes conseguem manter por conta das tecnologias de comunicação e da capacidade de viajar. Essas redes conectam as pessoas às suas casas e famílias e possibilitam que elas renovem e avivem as memórias do lar, que são fundamentais para as práticas de produção de lugares na estrutura racial dos Estados Unidos da América. Bhatia (2007), em seu estudo sobre a diáspora indiana nos Estados Unidos, também destacou o papel poderoso da memória, inclusive das memórias da discriminação no país natal, e como elas são negociadas e indicam como a diáspora indiana vivencia o discurso sobre raça e hierarquia racial em suas experiências de aculturação nos Estados Unidos. Em diversos estudos feitos com diferentes comunidades de imigrantes na Austrália, investigamos o uso das memórias do lar pelos imigrantes para criar identidades e construir vidas com significados. Por exemplo, Nguyen (2013) demonstrou como as memórias do deslocamento e as histórias de sacrifício de refugiados vietnamitas da primeira geração associam-se a experiências de *outrização* e posição fora da branquitude australiana e moldam as subjetividades e sentimentos de pertencimento entre a segunda geração.

De modo semelhante, Ali e Sonn (2010) mostraram como as memórias da história de turcos cipriotas unem-se ao discurso antimuçulmano e à racialização para moldar as maneiras estratégicas com as quais a segunda geração negocia suas identidades e reivindica o pertencimento à Austrália.

Os estudos pós-coloniais têm sido fundamentais para o abandono de perspectivas estáticas sobre como entendemos identidade, subjetividade e experiências psicológicas segundo as perspectivas de pessoas deslocadas de seu país natal, ou aqueles silenciados ou excluídos das histórias de seu país natal. As narrativas e a memória são meios fundamentais para a transmissão de significados (por meio de histórias) sobre o cotidiano. Para os imigrantes, isso significa negociar a cultura da comunidade, a história e os arranjos sociais de origem e do país de acolhimento no processo de construção de identidades sociais significativas e de formação de comunidades na diáspora.

Tendo em conta os estudos sobre diásporas e os objetivos do AAP, nosso interesse é a aplicação das coordenadas conceituais do AAP para investigar o papel da memória para as pessoas que saem de lugares com histórias de escravidão e colonialismo, onde a ideologia de raça desempenha um papel central na configuração da vida cotidiana. A metodologia, chamada *mnemônica psicossocial crítica*, orienta nossa abordagem. Essa metodologia inclui “mecanismos e processos capazes de ativar a lembrança individual e coletiva”, tais como histórias e narrativas, que podem então ser usadas para se desenvolver várias formas de análises recursivas críticas “a serviço do questionamento e subversão das relações de poder ao desconstruí-las e desideologizá-las” (Stevens et al., 2013b, p. 8).

SUL-AFRICANOS NA AUSTRÁLIA

A história da África do Sul é caracterizada pela escravidão, colonialismo e *apartheid*. Segundo Stevens (2014b), o *apartheid* foi um sistema jurídico, social, cultural e político de segregação racial que identificava as pessoas brancas como superiores e as pessoas negras como inferiores. Foi um sistema legalizado da supremacia branca que concedia aos brancos vários privilégios e obstava aos negros o acesso igual a recursos tais como educação, terra, emprego e direito ao voto, e que vigorou do final dos anos 1940 até 1994. Muitos sul-africanos emigraram do país antes e durante o *apartheid*, e após a queda do regime em 1994. A Austrália foi um dos países nos quais os sul-africanos se estabeleceram. Segundo dados do Censo de 2011 da Agência Australiana de Estatísticas, havia 145.683 pessoas na Austrália que nasceram na África do Sul (71.714 homens e 73.969 mulheres), sendo que 63% eram registradas como cidadãs australianas. As informações disponíveis indicam que os sul-africanos têm chegado em pequenos números desde os anos 1940, mas que houve porcentagens maiores chegando desde os anos 1980, com 14% entre 1981-1990, 19,9% no período entre 1991-2000, e no período de 2006-2011 um aumento acentuado para 32,2% (ou 46.934). A maioria dos participantes falava apenas inglês (74,7%) e o restante dos registrados falava muito bem outra língua além do inglês. A maior parte dos empregados indicou suas profissões como profissionais liberais (34,5%), gestores (16,3%) e técnicos/comércio (12,2%). As informações do censo não deixam clara a etnia dos que emigraram da África do Sul, mas pesquisas mostram

que a maioria das pessoas que migraram é branca, com qualificação profissional e de classe média, com grupos menores de pessoas que foram classificadas como *coloured*, termo sul-africano para os mestiços, e dos grupos falantes de xhosa ou zulu (Forrest, Johnson & Poulsen, 2013).

Os motivos da emigração sul-africana são muito complexos, mas no caso de muitos a narrativa recorrente é de que eles se mudaram porque buscavam um futuro mais seguro para seus filhos e para as novas gerações. Por exemplo, Crush (2013) e seus colegas fizeram uma pesquisa que investigava as razões da partida, ligação com o país natal e outros fatores que caracterizavam as vidas da diáspora sul-africana. Para muitos dos participantes brancos da amostra (88,5%), as respostas giravam em torno de experiências negativas, que incluíam medos pessoais relacionados à segurança, assim como preocupações com o impacto negativo percebido das políticas de ação afirmativa destinadas a reparar décadas de violência estrutural e a desigualdade de condições de emprego. Os principais fatores de atração para as pessoas foram a segurança e um futuro melhor para as gerações futuras. Em um estudo feito na Austrália, Forrest et al. (2013) relataram que os motivos dos sul-africanos brancos (subgrupos de judeus e africanos) estavam em grande parte relacionados às condições socioeconômicas do país natal e não necessariamente às condições na Austrália.

Na seção seguinte, apresentamos três temas centrais que extraímos de pesquisa com imigrantes sul-africanos, especificamente os que foram para a Austrália (Sonn, 2010; 2012; Sonn & Fisher, 2003; Sonn & Lewis, 2009; Sonn et al., 2017). O foco da pesquisa foi promover e dialogar com a comunidade negra sul-africana,

especialmente os que eram classificados como *coloureds* durante o *apartheid*, e os imigrantes sul-africanos brancos que se mudaram após 1994. Nossa reavaliação deste trabalho, com as lentes do AAP, indica que contar histórias possibilita que as pessoas dialoguem com seu passado, em especial avaliando os impactos do *apartheid* em suas identidades racializadas nas circunstâncias presentes. As pessoas na diáspora estão negociando memórias do lar, inclusive os significados de rótulos impostos e experiências de racismo, no ambiente australiano racialmente complexo. Por meio de seus relatos, também revelam momentos de resistência e tentativas de desracializar as interações sociais, mas destacam os desafios que tal processo ainda apresenta no país de acolhimento. Finalmente, compreendemos como as pessoas estão usando suas histórias para processar psicologicamente a subjugação e cumplicidade na condição de espectadores, a culpa e a vergonha; como estão tentando forjar modos complexos de pertencimento e algumas das dificuldades relacionadas a esses processos.

NEGOCIANDO RÓTULOS DE IDENTIDADE IMPOSTOS: AUSTRALO-SUL-AFRICANO E SUL-AFRICANO-AUSTRALIANO

Durante o *apartheid*, pessoas chamadas de *coloured* eram definidas nos termos da Lei de Registro da População, uma das leis basilares, juntamente com a Lei de Agrupamentos por Áreas e a Lei da Imoralidade e dos Casamentos Mistos, como pessoas de ascendência racial mista. A Lei de Registro da População (1950) definia “raça” baseada na aparência física e na aceitação ou rejeição

social pela comunidade. A institucionalização do rótulo *coloured* significou a atribuição de uma posição e *status* em uma hierarquia racial. Conforme observou Sonn e Lewis (2009, p. 121), a construção política do grupo “em muitos aspectos significou que o rótulo tinha um efeito homogeneizante, ocultando múltiplas camadas de raízes sociais, culturais, políticas e materiais que compunham as subjetividades das pessoas que eram classificadas como *coloured*”. Erasmus (2001, p. 24) observou que:

“As identidades das pessoas chamadas de *coloured* foram formadas no contexto de relações racializadas de poder e privilégio. Elas não eram ‘simplesmente diferentes’, mas foram formadas em uma relação hierárquica tanto com identidades africanas brancas quanto negras; elas eram vividas e construídas como sendo inferiores aos brancos e melhores do que os negros”.

Ela também destacou a complexidade dos significados das identidades denominadas *coloured* por serem moldadas por experiências de dominação branca, assim como pela cumplicidade com discursos de inferioridade africana. Em sua visão, esta posição é difícil e demandará a negociação com entraves e o reconhecimento de que não há raízes puras para as quais se possa voltar. Ao contrário, o processo implica a reivindicação e a ligação com os “fragmentos e origens de branquitude, africanidade, indianidade oriental no processo de criar novas formas culturais, práticas e identidades que não precisam ser coerentes e/ou completas” (Erasmus, 2001, p. 24).

Na pesquisa feita com pessoas que emigraram da África do Sul, documentamos as

diversas maneiras pelas quais elas reagiram ao rótulo de identidade imposto na Austrália. Sonn (2003) relatou que as pessoas reagiram de várias maneiras ao rótulo. Algumas o contestaram, dizendo que era usado com o propósito político de subjugação e fragmentação da comunidade negra, e outras o viam como inevitável e parte do sistema: “Era normal para as pessoas (serem vistas como *coloureds*), você nasce dentro do sistema”. Outras relataram que a classificação acabou por forçar as pessoas a viver uma existência “no meio do caminho”, na condição intermediária entre comunidades brancas e negras, que era em parte o seu propósito. Lewis (2009), em seu estudo com mulheres sul-africanas que vieram jovens para a Austrália e cresceram com o rótulo *coloured*, também relatou negociações complexas relacionadas ao rótulo. Entre outros achados, ela relatou que na Austrália muitas das mulheres disseram que eram classificadas como negras com base na cor de sua pele, mesmo quando não se identificavam como negras. Na Austrália, o rótulo *coloured* não carrega o mesmo sentido; na verdade, muitas pessoas questionam o uso do rótulo relacionando-o ao período dos Direitos Civis nos Estados Unidos. Na Austrália, há um conjunto binário de categorizações: os brancos e os *outros* imigrantes, que são geralmente chamados de negros. Um exemplo de Sonn et al. (2017) ilustra os modos de questionamento específicos do contexto pelos quais os rótulos de identidade são negociados:

“Na Austrália somos chamados como negros, e na África do Sul somos chamados de *coloured*. Então, é natural que quando os australianos me identificam como negra eu me sinta obrigada a corrigi-los, pois não sou

negra, sou *coloured*. Ainda é difícil porque mesmo quando digo que sou negra não me soa bem. É algo muito difícil de dizer porque não fui criada com essa identidade. Crescendo uma sul-africana *coloured*, e para os padrões internacionais, sou sempre uma negra sul-africana, como descobri” (mulher, faixa dos 40 anos, *coloured*).

Este binário impreciso oculta parte da complexidade e dos modos variados pelos quais as identidades raciais são negociadas e os sentidos associados à “negritude” na Austrália, dentro e entre comunidades nativas, e nas diásporas africanas e outras (Smith, Sonn & Cooper, no prelo). Nesse contexto, os povos aborígenes são identificados como negros; tal identificação difere das várias maneiras pelas quais os imigrantes de países diferentes foram categorizados como o *outro* e como negros em relação a uma branquitude hegemônica (Hage, 1998).

No estudo de Lewis (2009), as mulheres relataram os desafios ligados à construção de identidades e à reivindicação de pertencimento. Elas observaram que não se identificam como australianas, em parte porque são forçadas a pensar que não podem fazê-lo, seja por causa da cor de sua pele ou outros aspectos de sua aparência. Apesar de acharem difícil se identificarem como australianas e reivindicarem um pertencimento australiano, as mulheres, contudo, demonstraram determinação e atitude ao construírem identidades marcadas com hífen, tais quais australo-sul-africana ou sul-africana-australiana. Essas categorias indicam que o pertencimento dual é o modo típico como os imigrantes negociam seu pertencimento. Porém, essas estratégias de uso do hífen também significam que os imigrantes ocupam a

condição perpétua de forasteiros ou diferentes (Ahmed, 2004; Nicolacopoulos & Vassilacopoulos, 2004), com acesso condicional à categoria de australiano, como sendo sempre de outro lugar, não de lá. Assim, como em estudos anteriores, este trabalho mostra que precisamos investigar as experiências do *apartheid* e as implicações continuadas para a construção de identidades e subjetividades no novo contexto sociocultural, tanto na África do Sul quanto na migração (ver Sonn, 2010; Sonn & Fisher, 2003; Sonn & Lewis, 2009; Sonn et al., 2017).

SOB OS RÓTULOS: DESRACIALIZANDO NO DIA A DIA

Apesar de os rótulos de identidade serem contestados na interação social com quem não faz parte da diáspora sul-africana, dentro da comunidade há outros processos relacionados à negociação de pertencimento e do lar. Para muitos sul-africanos, a mudança para a Austrália significa novas oportunidades para se dedicarem à educação e à carreira – oportunidades que alguns acharam que lhes eram negadas por causa da designação de seu grupo racial. Sonn (2012) relatou que os sul-africanos na Austrália nem sempre têm oportunidades formais para assimilar e processar as experiências de opressão racializada. Contudo, eles de fato participam de ambientes informais do dia a dia com seus colegas sul-africanos e membros de outros grupos étnicos para compartilharem histórias sobre sua infância e adolescência durante o *apartheid*. Sonn (2012) argumentou que nesses ambientes as pessoas, a seu próprio modo, processam e curam, exteriorizam e tornam públicas as experiências desumani-

zantes de racismo na África do Sul. Isso é semelhante ao que Stevens, Swart e Franchi (2006, p. 17) chamaram de desracialização, um processo que

“[...] envolve trespassar e perfurar os contextos que produzem a racialização, desassociando os binários de categorização e hierarquização de grupos, e buscar possibilidades [...] nas quais essas formas de predeterminação não funcionem como o modelo principal para as relações sociais”.

As pessoas contam histórias de modo irônico, em meio a muitas risadas, lembrando experiências de desumanização. Algumas experiências foram aparentemente menos graves e outras envolveram violência física. Este trabalho enfatizou a função importante do humor como estratégia de sobrevivência e resistência para pessoas sujeitas ao racismo e à opressão, à medida que elas encontram maneiras de desconstruir o poder dos ataques à sua dignidade.

Sonn (2012) relatou um exemplo de não reconhecimento em que uma pessoa branca afirmou seu privilégio por ser branca e relegou pessoas negras à condição de inferiores e não humanas em um ambiente de trabalho. Uma mulher narrou a seguinte história:

“Eu estava ao fone no meu escritório um dia quando um representante de outra empresa entrou sem bater na porta e perguntou: ‘Não tem ninguém aqui?’. Bem, eu fiquei tão estupefata que minha resposta foi: ‘O quê? Nós nos parecemos com um bando de macacos?’. Ele estava claramente procurando por alguma pessoa branca. Disse a ele para sair do meu escritório, bater na minha porta e esperar até que eu dissesse para entrar. Disse que meu

nome estava visivelmente escrito na porta do meu escritório e que eu esperava que ele se apresentasse antes de entrar. Bem, ele não ficou muito contente e me delatou ao meu chefe de departamento, que ao final do dia concordou plenamente comigo que ele deveria ter batido na porta e perguntado se havia alguém com quem ele pudesse conversar a respeito de seja lá o que fosse que o havia trazido até ali” (AN4) (Sonn, 2012, p. 247).

Algumas pessoas contam histórias de tratamento desigual dispensado pelos empregadores, como, por exemplo, o fato de receberem menos que funcionários brancos mesmo quando têm mais qualificações e desempenham funções de liderança em uma organização. Outra pessoa contou uma história sobre quando certa vez visitou a casa de uma família branca após o trabalho. Ele bateu à porta e uma criança pequena atendeu. Sua mãe perguntou quem era e a criança respondeu que era um homem negro de cabelo liso. O cabelo era certamente um dos critérios usados pelo estado do *apartheid* (no infame teste do lápis) para tomar decisões sobre classificações raciais caso houvesse dúvidas. Em uma série mais recente de entrevistas, foram narradas algumas das maneiras pelas quais os brancos intimidavam os *coloureds* que ascendiam socialmente e queriam comprar uma casa em um subúrbio branco (Sonn et al., 2017). O entrevistado contou que eles compraram uma casa ao lado da de uma família africana. No dia da mudança para a nova casa ele encontrou uma bala de revólver amarrada a um cordão e pendurada na maçaneta da porta de entrada. Esse era o recado a ele e sua família: eles não eram bem-vindos no subúrbio. O entrevistado contou que, apesar

de ter sido um começo difícil quando foram morar no subúrbio branco, posteriormente ele se tornou amigo do vizinho. Mais tarde o vizinho também se mudou, supostamente por razões diversas, sendo uma delas a de sentir-se desconectado da África do Sul, sentimento relatado muitas vezes por brancos sul-africanos (Sonn et al., 2017; ver também Griffith & Prozesky, 2010).

Um exemplo que comprova alguns dos desafios associados à desracialização e ao estabelecimento de conexões além de fronteiras racializadas vem de um estudo recente. Quando perguntaram a uma entrevistada sobre o que poderia tornar difícil para brancos e negros sul-africanos encontrarem um ponto em comum na Austrália, ela respondeu:

“Essa não é uma pergunta difícil, é bem fácil. Acho que para os brancos sul-africanos eles têm de nos ver como iguais e que não estão acima de nós, e isso é muito difícil para eles. É difícil para eles nos verem como iguais; mesmo quando eles nos olham, sinto como se achassem que as qualificações deles são melhores que as nossas, eles são então melhores que nós, e a mentalidade deles tem de mudar. Acho que para sul-africanos não brancos, e como você pode ver não me vejo como negra, nós temos de aprender a confiar; do mesmo modo, também temos de aprender talvez a deixar de lado o que eles são para então podermos confiar e aceitá-los. Mas isso é muito, muito difícil, é muito problemático” (mulher, faixa dos 40 anos, *coloured*).

Outra pessoa falou de modo direto sobre os processos de mudança e conscientização que são primordiais para a experiência de

aculturação e estabelecimento. Ela se refere às maneiras pelas quais mudou em relação ao modo de vida na Austrália, mas também como reage agora ao rótulo *coloured*, que foi intensamente debatido em um *site* de mídia social.

“A Austrália também me transformou em uma pessoa muito reservada, enquanto que na África do Sul tudo girava em torno de multidões, da comunidade, você entende, hoje na verdade eu gosto de ficar só. Este lugar simplesmente me mudou. Então quando eu volto ao meu país, até minha maneira de pensar é diferente. Ainda acho que no meu país as pessoas são condicionadas. Como, por exemplo, até a menção ao termo *coloured* eu considero ofensiva agora” (homem, faixa dos 50 anos, *coloured*).

O que foi dito acima indica de fato a maneira pela qual os imigrantes sul-africanos na Austrália tentaram e continuam a tentar resistir e a desracializar suas relações com outros sul-africanos em seu contato cotidiano. Talvez seja importante observar que o fato de ser membro de uma comunidade de expatriados realmente propicia o grau de distância espacial, geográfica e temporal do trauma coletivo racializado da África do Sul – elementos que são importantes para uma reflexão crítica recursiva que possa desafiar o racismo. O conceito de Said (2000) de possibilidades transgressoras em uma consciência exílica (ou migratória) é esclarecedor neste caso. O imigrante faz parte e pertence a múltiplos contextos, mas nunca está imerso completamente em nenhum deles. Apesar de isso ser potencialmente uma forma de desarraigamento, é também uma forma de deslocamento que

permite que se esteja dentro e fora simultaneamente, gerando uma distância e certo grau de transgressão nem sempre possíveis no *habitat* original de uma pessoa, propícios à esperança e às possibilidades.

NEGOCIANDO A HISTÓRIA NO PRESENTE

Desconstruir rótulos de raça e dar sentido às memórias de racismo são alguns dos processos psicossociais que fazem parte da experiência de migração e estabelecimento. Esses processos podem ser extremamente árduos para as pessoas, como quando retratam uma sensação de desarraigamento e perda de sistemas de significados conhecidos e apoio social quando elas trilham um novo contexto. Uma sul-africana falou sobre os desafios de sair da África do Sul:

“Significou muita coisa, acho. Significou algo ligado à identidade, então, ter de me reinventar, me reinventar de alguma maneira, significou uma perda, há perdas consideráveis ligadas a esse processo. Também significou ganhos, me sinto feliz na Austrália, apareceram oportunidades profissionais para mim aqui que eu não teria tido na África do Sul, e contatos profissionais. [...] Sim, sou uma pessoa muito ansiosa e morar na África do Sul meio que alimentou essa ansiedade de algum modo. Costumo dizer para uma grande amiga minha que ficou que, de algum modo, a ansiedade ou falta de ansiedade dela permite que ela viva feliz na África do Sul, porque ela não acha que tem necessidade de se trancar em casa, ela simplesmente vive como se nada fosse acontecer” (sul-africana branca, faixa dos 40 anos).

Outra sul-africana branca de origem africana falou das maneiras pelas quais o passado do país interfere em sua vida:

“Sim, eles me perguntam de onde eu sou, eles notam meu sotaque. E aí eles me perguntam por que eu não sou negra. Depois nos perguntam por que nós temos escravos. E eles estudam um pouco de história da África do Sul na escola, sobre o *apartheid*, meu filho me mostrou. Aí eu olho e digo: ‘Que bom, mas isso é apenas parte da história’. A ideia é de que alguma coisa muito ruim aconteceu e foram os brancos que fizeram. E é incrível o grau de ignorância, muitas pessoas nem sabem onde fica” (mulher, branca, faixa dos 50 anos).

Os trechos acima revelam experiências semelhantes ao que Straker (2013) chama de “branquitude insegura” no contexto da África do Sul pós-*apartheid*. Ela sugere que em um ambiente sociopolítico no qual o privilégio histórico da branquitude é desafiado, desfeito ou comprometido, os brancos geralmente têm de se debater com sentimentos de perda, tristeza, confusão de identidade e melancolia, e ao mesmo tempo lidar com sentimentos de culpa, vergonha e cumplicidade. Para os sul-africanos brancos que migraram para a Austrália, enfrentar esses sentimentos é fundamental para alcançarem um grau de integridade psicológica e um novo sentimento de pertencimento.

Os escritos sobre os estudos da migração também frequentemente destacam as maneiras nostálgicas pelas quais as pessoas brancas se lembram do país natal ao se estabelecerem em um novo contexto. Dados das entrevistas de nossa pesquisa mostram as diferentes maneiras com que as pessoas

falam sobre seu país natal. Os participantes geralmente mencionam o conhecimento tácito ou o que Leighton (1959) chamou de sentimentos compartilhados ou padrões de vínculo fortemente internalizados. Exige-se pouco esforço cognitivo ou emocional nas interações sociais porque as pessoas compartilham uma vida, mundo e história comuns. Os sentimentos de familiaridade e conexão mútua que são refletidos na maneira como as pessoas se lembram do país natal são inferidos dos excertos abaixo:

“O fato de ser da Cidade do Cabo para mim tem a ver, como eu disse, com um sentimento de pertencimento, é a ideia do que você sabe sobre as outras pessoas que não tem necessariamente de ser falado ou comunicado ou se chegar a um consenso, entende? E isso acontece, acho, quando você cresceu em um lugar, você entende as pessoas e essas coisas que você sabe, e você tem de esquecer tudo isso porque está convivendo com pessoas com quem você não tem aquilo em comum” (mulher, faixa dos 30 anos, *coloured*).

A pessoa continuou falando da importância de padrões internalizados e compartilhados de vínculo na experiência de pertencimento e da dificuldade de se conseguir isso na diáspora:

“Consigo me sentir confortável, você entende, eu consigo. Sou tolerante e tudo o mais... Mas é que morar na Austrália, morar entre australianos e trabalhar ainda não me proporcionou um sentimento de pertencimento como eu sinto quando estou na Cidade do Cabo” (mulher, faixa dos 30 anos, *coloured*).

Outra pessoa refletiu sobre a compreensão profunda dos efeitos do sistema do *apartheid* em sua vida, uma percepção da extensão do deslocamento, da negação de oportunidades e do trabalho de recompor e restaurar a confiança:

“A África do Sul é o local em que nasci, mas a África do Sul também roubou de mim, e eu só descobri isso, a gravidade do que o *apartheid* fez conosco, quando vim para a Austrália. Foi muito chocante, ainda dói, ainda é uma questão delicada, e eu ainda estou tentando superar... Então, na África do Sul, de fato, eu poderia dizer, você se sentia como estrangeiro no lugar em que nasceu; e a palavra estrangeiro por si só expressa a ideia do que isso significa, de que você não faz parte, e que foi forçado a achar que não fazia parte de lá, foi isso o que o *apartheid* fez” (mulher, faixa dos 40 anos, *coloured*).

Todas as citações acima ilustram elementos do que Boym (2001) chama de formas de nostalgia redentora. Experiências difíceis do passado são retrabalhadas, reprocessadas e metabolizadas política, social e cognitivamente, por meio da libido, de maneira reflexiva, para gerarem elementos mais produtivos de nossas subjetividades no presente. Em todos os exemplos acima, as pessoas entrevistadas se esforçam para reinterpretar aspectos de suas memórias e histórias que as levem a se aclimatarem plenamente a um novo contexto (ver Duncan, Stevens & Sonn, 2012). Contudo, a raça continua a desempenhar um papel nas vidas dos negros na Austrália tanto no que se refere ao *apartheid* quanto às experiências cotidianas relacionadas à branquitude. O trecho seguinte é narrado por uma mulher que foi criada como

coloured. Ela descreve como os negros são vistos em uma loja de departamentos:

“Quando eu olho as promoções tenho a nítida impressão de ter umas cem pessoas me olhando, porque eu pareço uma aborígine ou porque eles simplesmente não conseguem entender. Então é óbvio que é muito intrigante ver pessoas aborígenes lá [na loja] que não estejam lá para furtar. Isso é muito interessante. O que as pessoas supõem, acho que baseadas no sotaque e, claro, na aparência, não é que eu seja muito africana no que se refere à cor negra, mas é evidente que eu não sou australiana; e se eu sou, então eu sou aborígine”.

Se, por um lado, as histórias de experiências racializadas do país natal podem ser assimiladas de maneiras diversas por muitos, por outro, o caráter racializado do contexto da sociedade australiana pode também ativar essas histórias de novas maneiras. A abordagem de Said (2000) sobre uma consciência exílica (ou migratória) também revela que, apesar de essas posições permitirem novas possibilidades entre as comunidades exiladas, elas se encontram, contudo, assentadas em uma constante posição precária no novo ambiente, pois estão propensas a ser *outrizadas* de novas maneiras, que se valem de clivagens de diferença globais e específicas de um determinado contexto.

CONCLUSÃO

Neste artigo apresentamos o Apartheid Archive Project (AAP) e alguns de seus instrumentos teóricos e metodológicos. Um impulso decisivo para o AAP foi a necessidade de interferir na versão oficial e par-

ticular da história, introduzindo por meio dos métodos de narrativas e relatos as vozes daqueles cujas experiências foram suprimidas. As histórias das pessoas às margens são importantes para introduzir na memória pública, expandir e lançar uma nova luz na história da África do Sul. Argumentamos que a metodologia de mnemônica psicosocial crítica, que pode incluir a narração de histórias (Stevens et al., 2013b), é um mecanismo importante para a recuperação da memória histórica e para produzir material que possa ser questionado de maneira crítica, para entender como as pessoas interpretam experiências passadas e geram novos entendimentos e narrativas sobre si mesmas e outras sob circunstâncias diferentes em comunidades de diáspora.

As histórias dos imigrantes sul-africanos mostram que a racialização continua a influenciar suas vidas na Austrália, tanto em relação às experiências passadas quanto aos contatos do cotidiano no novo contexto, no qual a branquitude considera os aborígenes e certos grupos de migrantes como não australianos. As pessoas falaram do trabalho de restabelecimento e reconciliação pessoal, e também das memórias dos modos de vida que lhes proporcionavam segurança durante o *apartheid*. Essas memórias formam a base de uma nostalgia redentora que indica como as pessoas se lembram do país natal no novo país, e como essas memórias, as redes e práticas sociais, por meio das quais elas são preservadas, são usadas para orientar a construção da comunidade e da identidade na diáspora.

As oportunidades para as pessoas contarem histórias, tanto informal quanto formalmente, são importantes para processar o trauma do *apartheid* e a desracialização. A

perspectiva dos que estão na diáspora fornece um ponto de vista privilegiado a partir do qual podemos investigar as maneiras complexas pelas quais as pessoas executam o trabalho psicossocial para desracializar, ao mesmo tempo em que recuperam instrumentos necessários para construir vidas e identidades significativas. As histórias das pessoas comuns precisam ser reveladas, é um imperativo do projeto descolonial. Começamos este canal de construção de conhecimentos inclusivos (Sonn & Baker, 2015), que inclui pôr em ação as histórias dos que estão na diáspora, para produzir retratos sonoros que são divulgados ao público por meio de instalações (www.sasoundportraits.com). O objetivo é funcionar como uma pedagogia com envolvimento da comunidade, para fazer com que um público maior ouça as histórias

de deslocamento, racismo e de construção da comunidade.

Dessa maneira, os instrumentos conceituais do AAP – a recuperação de epistemes subordinados, criação de novas formas de relacionamento ético e o uso de métodos e pedagogias criativos – são trajetórias promissoras para uso em comunidades de diáspora em contextos globais múltiplos. A promoção da justiça epistêmica por meio da recuperação de histórias, memórias, experiências e relatos de pessoas comuns abre possibilidades para subjetividades complexas que contestam binários globais de inclusão e exclusão que sustentam a desigualdade. Esta é uma tarefa vital se quisermos pensar em mudar a direção do universo moral em direção aos ideais de emancipação, igualdade e bem-estar coletivo, e começar a engendrar novas formas de humanismo crítico.

BIBLIOGRAFIA

- AHMED, S. *Strange Encounters*. Londres, Routledge, 2000.
- ALI, L.; SONN, C. C. "Multiculturalism and Whiteness: Through the Experiences of Second Generation Cypriot Turkish", in *The Australian Community Psychologist*, 21(1), 2009, pp. 24-38.
- _____. "Constructing Identity as a Second-Generation Cypriot Turkish in Australia: The Multi-Hyphenated Other", in *Culture & Psychology*, 16(3), 2010, pp. 416-36.
- ANTHIAS, F. "Where do I Belong? Narrating Collective Identity and Translocational Positionality", in *Ethnicities*, 2(4), 2002, pp. 491-514.
- AUSTRALIAN BUREAU OF STATISTICS. *QuickStats Country of Birth*, 2011. Disponível em: http://www.censusdata.abs.gov.au/census_services/getproduct/census/2011/quickstat/9225_0. Acesso em: 14/3/2017.
- BERRY, J. W. "Acculturation: Living Successfully in Two Cultures", in *International Journal of Intercultural Relations*, 29, 2005, pp. 697-712. DOI: 10.1016/j.ijintrel.2005.07.013.
- _____. "Contexts of Acculturation", in D. L. Sam; J. W. Berry (eds.). *The Cambridge handbook of Acculturation Psychology*. Nova York, Cambridge University Press, 2006, pp. 27-42.
- _____. "Immigrant Acculturation: Psychological and Social Adaptations", in A. E. Azzi; X. Chryssochoou; B. Klandermans; B. Simon (eds.). *Identity and Participation in Culturally Diverse Societies: A Multidisciplinary Perspective*. Reino Unido, Wiley-Blackwell, 2011, pp. 279-95.
- BETTS, A.; COLLIER, P. *Refuge: Transforming a Broken Refugee System*. Londres, Penguin Allen Lane, 2017.
- BHATIA, S.; RAM, A. "Rethinking 'Acculturation' in Relation to Diasporic Cultures and Postcolonial Identities", in *Human Development*, 44(1), 2001, pp. 1-18.
- _____. "Acculturation, Dialogical Voices and the Construction of the Diasporic Self", in *Theory & Psychology*, 12(1), 2002, pp. 55-77.
- _____. *American Karma: Race, Culture and Identity in the Indian Diaspora*. Nova York, NYU Press, 2007.
- BOURHIS, R. Y. et al. "Acculturation in Multiple Host Community Settings", in *Journal of Social Issues*, 66(4), 2010, pp. 780-802.
- BOYM, S. *The Future of Nostalgia*. Nova York, Basic Books, 2001.
- BULHAN, H. A. "Dynamics of Cultural In-Betweenity: An Empirical Study", in *International Journal of Psychology*, 15, 1980, pp. 105-21.
- _____. *Frantz Fanon and the Psychology of Oppression*. Nova York, Plenum Press, 1985.
- CHIRKOV, V. "Critical Psychology of Acculturation: What do We Study and How do We Study It, When We Investigate Acculturation?", in *International Journal of Intercultural Relations*, 33, 2009, pp. 94-105. DOI: 10.1016/j.ijintrel.2008.12.004.
- CRUSH, J. et al. *Divided Diasporas: Southern Africans in Canada*. Waterloo, Canada, The Centre for International Governance Innovation and the Southern African Migration Programme, 2013.
- _____. "South Africa as Dystopia: Diaspora Views from Canada", in *Commonwealth & Comparative Politics*, 51(2), 2013, pp. 189-209.

- DUNCAN, N.; STEVENS, G.; SONN, C. C. "Of Narratives and Nostalgia", in *Peace and Conflict. Journal of Peace Psychology*, 18(3), 2012, pp. 205-13.
- ERASMUS, Z. *Coloured by History, Shaped by Place: News Perspectives on Coloured Identities in Cape Town*. Cidade do Cabo, Kwela Books, 2001.
- ESPIRITU, Y. L. *Homebound: Filipino American lives Across Cultures, Communities and Countries*. Berkeley, University of California Press, 2003.
- FINE, M. "Troubling Calls for Evidence: A Critical Race, Class and Gender Analysis of Whose Evidence Counts", in *Feminism & Psychology*, 22(1), 2012, pp. 3-19. DOI:10.1177/0959353511435475.
- FORREST, J.; JOHNSTON, R.; POULSEN, M. "Middle-Class Diaspora: Recent Immigration to Australia from South Africa and Zimbabwe", in *South African Geographical Journal*, 95(1), 2013, pp. 50-69.
- GRIFFITH, D.; PROZESKY, M. L. C. "The Politics of Dwelling: Being White/Being South African", in *Africa Today*, 56(4), 2010, pp. 22-41. DOI: 10.1353/at.0.0113.
- HAGE, G. *White Nations: Fantasies of White Supremacy in a Multicultural Society*. Sydney, Pluto Press, 1998.
- HALL, S. "Who Needs Identity?", in P. du Gay; J. Evans; P. Redman (eds.). *Identity: A Reader*. Sage, IDE, 2000, pp. 15-30.
- HERMANS, H. J.; KEMPEN, H. J. "Moving Cultures: The Perilous Problems of Cultural Dichotomies in a Globalizing Society", in *American Psychologist*, 53(10), 1998, pp. 1.111-20.
- LEIGHTON, A. *My Name Is Legion: Foundations for a Theory of Man in Relation to Culture*. Nova York, Basic Books, 1959.
- LEWIS, R. C. *The Construction of Identity Through Race and Ethnicity: Coloured South African Women in Western Australia*. Tese de doutoramento não publicada. Perth, Austrália Ocidental, Universidade Edith Cowan, 2007.
- MONTERO, M. "The Political Psychology of Liberation: From Politics to Ethics and Back", in *Political Psychology*, 28(5), 2007, pp. 517-33.
- NGUYEN, T. N. M. *A Different Kind of Australian: Ethnic Identity Construction Amongst Vietnamese Young People in Melbourne, Australia*. Dissertação de mestrado não publicada. Melbourne, Austrália, Universidade de Victória, 2013.
- NICOLACOPOULOS, T.; VASSILACOPOULOS, G. "Racism, Foreigner Communities and the Onto-Pathology of White Australian Subjectivity", in *Whitening Race: Essays in Social and Cultural Criticism*, 2004, pp. 32-47.
- OMI, M.; WINANT, H. *Racial Formation in the United States: From the 1960s to the 1980s*. Nova York, Routledge, 1986.
- QUIJANO, A. "Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America", in *Nepantla: Views from South*, 1(3), 2000, pp. 533-80.
- RUDMIN, F. W. "Phenomenology of Acculturation: Retrospective Reports from the Philippines, Japan, Quebec, and Norway", in *Culture & Psychology*, 16(3), 2010, pp. 313-32. DOI: 10.1177/1354067x10371139.
- SAID, E. W. *Reflections on Exile and Other Essays*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 2000.
- SONN, C. C. "Engaging with the Apartheid Archive Project: Voices from the South African Diaspora in Australia", in *South African Journal of Psychology*, 40(4), 2010, pp. 432-42.
- _____. "Speaking Unspoken Memories: Remembering Apartheid Racism in

- Australia", in *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 18(3), 2012, pp. 240-51.
- SONN, C. C.; BAKER, A. "Creating Inclusive Knowledges: Exploring the Transformative Potential of Arts and Cultural Practice", in *International Journal of Inclusive Education*, 2015, pp. 1-17. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13603116.2015.1047663>.
- SONN, C. C. et al. "Post-Apartheid South African Immigrants in Australia: Negotiating Displacement, Identity and Belonging", in *Qualitative Psychology*, 4(1), 2017, pp. 41-54.
- SONN, C. C.; FISCHER, A. T. "Identity and Oppression: Differential Responses to an In-Between Status", in *American Journal of Community Psychology*, 31(1-2), 2003, pp. 117-28.
- SONN, C. C.; LEWIS, R. C. "Immigration and Identity: The Ongoing Struggles for Liberation", in M. Montero; C. Sonn (eds.), *Psychology of Liberation*. Nova York, Springer, 2009, pp. 115-33.
- SMITH, K.; SONN, C. C.; COOPER, T. "Being Black in Australia", in C. Boyce Davies (ed.). *The General History of Africa*, vol. IX, livro II. Paris, Unesco, no prelo.
- STEVENS, G. "Racialisation and Deracialisation", in T. Teo (ed.). *Encyclopaedia of Critical Psychology*. Nova York, Springer, 2014a, pp. 1.637-40.
- . "Apartheid", in T. Teo (ed.). *Encyclopaedia of Critical Psychology*. Nova York, Springer, 2014b, pp. 120-3.
- STEVENS, G.; DUNCAN, N.; HOOK, D. (eds.). *Race, Memory and the Apartheid Archive: Towards a Transformative Psychosocial Praxis*. Londres, Palgrave/Macmillan, 2013a.
- STEVENS, G.; DUNCAN, N.; HOOK, D. "The Apartheid Archive Project, the psychosocial and political praxis", in G. Stevens; N. Duncan; D. Hook (eds.). *Race, Memory and the Apartheid Archive: Towards a Transformative Psychosocial Praxis*. Londres, Palgrave/Macmillan, 2013b, pp. 25-44.
- STEVENS, G.; DUNCAN, N.; SONN, C. C. "Memory, Narrative and Voice as Liberatory Praxis in the Apartheid Archive", in G. Stevens; N. Duncan; D. Hook (eds.). *Race, Memory and the Apartheid Archive: Towards a Transformative Psychosocial Praxis*. Londres, Palgrave/Macmillan, 2013, pp. 25-44.
- STEVENS, G.; SWART, T.; FRANCHI, V. "Changing Contexts of Race and Racism: Problematics, Polemics and Perspectives", in G. Stevens; V. Franchi; T. Swart (eds.). *A 'Race' Against Time*. Pretória, Unisa Press, 2006, pp. 3-28.
- STRAKER, G. "Unsettling Whiteness", in G. Stevens; N. Duncan; D. Hook (eds.). *Race, Memory and the Apartheid Archive: Towards a Transformative Psychosocial Praxis*. Londres, Palgrave/Macmillan, 2013, pp. 91-108.
- STRATTON, J. *Uncertain Lives: Culture, Race and Neoliberalism in Australia*. New Castle upon Tyne, Reino Unido, Cambridge Scholars Publishing, 2011.
- TAPPAN, M. B. "Domination, Subordination and the Dialogical Self: Identity Development and the Politics of 'Ideological Becoming'", in *Culture & Psychology*, 11(1), 2005, pp. 47-75.